

o) Articular com a DSAB e com a DCMVD o controlo das condições em que são prestados os cuidados de saúde, no âmbito de acordos e convenções;

p) Colaborar na definição dos procedimentos de controlo da faturação dos prestadores e das farmácias;

q) Prestar a colaboração solicitada pelas entidades judiciais, pelo Ministério Público e pelas entidades integradas no Sistema Nacional de Controlo Interno.

2 — O GMCGR é dirigido por um chefe de divisão e funciona na dependência direta do Diretor-Geral da ADSE.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de agosto de 2016.

8 de agosto de 2016. — O Diretor-Geral, *Carlos Liberato Baptista*.
209795067

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.

Aviso n.º 10543/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho de 27 de julho de 2016 a trabalhadora Mónica Alexandra da Costa Ramos concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, de acordo com a avaliação efetuada nos termos do n.º 4 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

16 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., *António Costa Dieb*.
209811111

Aviso n.º 10544/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público que foi extinto o vínculo de emprego público, por motivo de denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de acordo com a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 289.º e do n.º 1 do artigo 304.º, ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de julho de 2016, da seguinte trabalhadora:

Maria Irene de Almeida Elvas Duarte, integrada na carreira e categoria de assistente técnico, entre a 6.ª e 7.ª posição remuneratória e entre os níveis 11 e 12 da tabela remuneratória única.

16 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho de Diretivo, *António Costa Dieb*.
209811128

Aviso n.º 10545/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho de 27 de julho de 2016 a trabalhadora Teresa Isabel Quinteiro Ferro concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, de acordo com a avaliação efetuada nos termos do n.º 4 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

16 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., *António Costa Dieb*.
209811055

Aviso n.º 10546/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que por meu despacho de 27 de julho de 2016 a trabalhadora Isaura Maria Veloso Valido concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, de acordo com a avaliação efetuada nos termos do n.º 4 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

16 de agosto de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., *António Costa Dieb*.
209811014

AMBIENTE

Secretaria-Geral

Aviso n.º 10547/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Elsa Cristina Cabaceira Ablú Heitor denunciou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado que havia celebrado com esta Secretaria-Geral, cessando o período experimental de função na carreira e categoria de técnico superior, nos termos do artigo 47.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de março de 2016.

17 de agosto de 2016. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*.
209812968

Aviso n.º 10548/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Orquídea Alexandra Mendes Martins denunciou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado que havia celebrado com esta Secretaria-Geral, cessando o período experimental de função na carreira e categoria de técnico superior, nos termos do artigo 47.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de abril de 2016.

17 de agosto de 2016. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*.
209813145

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10614/2016

1 — No seguimento do parecer emitido pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos termos do qual se reconhece o interesse público da alienação à Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova do prédio rústico denominado «Fonte da Insonça», inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3, da secção Z, da União das Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, determino, ao abrigo da alínea *e*) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 21/2014, de 11 de fevereiro, a extinção do procedimento no que respeita ao citado prédio.

2 — Comunique-se à entidade gestora da bolsa de terras, para os efeitos do disposto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 21/2014, de 11 de fevereiro.

3 — O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura.

11 de agosto de 2016. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luís Manuel Capoulas Santos*.
209811088

MAR

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Despacho n.º 10615/2016

Considerando o impedimento da titular do cargo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, designo para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, correspondente à Divisão da Pesca, da Direção de Serviços de Recursos Naturais, em regime de substituição, o Doutor João Manuel de Figueiredo Pereira, com efeitos a 1 de setembro de 2016.

O designado possui os requisitos legais exigidos, a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequada para o exercício do cargo e para prosseguir as competências e objetivos do serviço, evidenciados na nota curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

O ora designado fica autorizado a optar pelo vencimento da sua categoria de origem, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual.

11 de agosto de 2016. — O Diretor-Geral, *Miguel Sequeira*.